

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**LOGÍSTICA**

**DCA 400-48**

**MISSÕES AÉREAS INDENIZÁVEIS**

**2010**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**



**LOGÍSTICA**

**DCA 400-48**

**MISSÕES AÉREAS INDENIZÁVEIS**

**2010**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 832/GC6, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

Aprova a 1ª modificação da DCA 400-48  
“Missões Aéreas Indenizáveis”.

**O COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67050.010213/2010-13, resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª modificação da DCA 400-48, "Missões Aéreas Indenizáveis", aprovada pela Portaria nº 162/GC6, de 18 de março de 2010, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 60, de 30 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO  
Comandante da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº 229, de 10 de dezembro de 2010)

Logística

**MISSÕES AÉREAS INDENIZÁVEIS**

A DCA 400-48, aprovada pela Portaria nº 162/GC6, de 18 de março de 2010, é assim modificada:

**1 SUBSTITUIÇÃO DE PÁGINAS:**

RETIRE	ANO	COLOQUE	ANO
Pág 7	2010	Pág 7	2010
Pág 8	2010	Pág 8	2010
Pág 9	2010	Pág 9	2010
Pág 33	2010	Pág 33	2010
Pág 34	2010	Pág 34	2010

**2 CORREÇÃO**

PÁGINA	ITEM	ALÍNEA
Pág 7	1.2.5 (exclusão)	-
Pág 7	1.2.6 (renumeração)	-
Pág 8	1.2.7 (renumeração)	-
Pág 8	1.2.8 (renumeração)	-
Pág 8	1.2.9 (renumeração)	-
Pág 8	1.2.10 (renumeração)	-
Pág 8	1.2.11 (renumeração)	-
Pág 9	1.3 (alteração)	-
Pág 33	-	-
Pág 34	-	-

**3 ARQUIVO**

Depois de efetuar as substituições, archive esta folha após a página de rosto da publicação original.

**4 APROVAÇÃO**

Portaria nº 832/GC6, de 30 de novembro de 2010.



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**

**PORTARIA Nº 162/GC6, DE 18 DE MARÇO DE 2010.**

Aprova a Diretriz que dispõe sobre  
Missões Aéreas Indenizáveis.

**O COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67050.003155/2009-20, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da DCA 400-48, "Missões Aéreas Indenizáveis", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 522/GC4, de 18 de agosto de 1999, publicada no Diário Oficial da União nº 159-E, de 19 de agosto de 1999, Seção 1, página 3.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO  
Comandante da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº 60, de 30 de março de 2010)

## SUMÁRIO

<b>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b> .....	7
1.1 <u>FINALIDADE</u> .....	7
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u> .....	7
1.3 <u>PREÇO DA MAI</u> .....	9
1.4 <u>ÂMBITO</u> .....	9
<b>2 ATRIBUIÇÕES</b> .....	10
2.1 <u>DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA</u> .....	10
2.2 <u>DO GABINETE DO COMANDANTE</u> .....	11
2.3 <u>DO ÓRGÃO EXECUTANTE</u> .....	11
2.4 <u>DO COMANDO-GERAL DE APOIO</u> .....	11
2.5 <u>DA SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA</u> .....	11
2.6 <u>DO SOLICITANTE DA MAI</u> .....	11
<b>3 DISPOSIÇÕES GERAIS</b> .....	13
3.1 <u>SOLICITAÇÃO DE MAI</u> .....	13
3.2 <u>ACEITAÇÃO DE RISCOS DURANTE A REALIZAÇÃO DA MAI</u> .....	13
3.3 <u>COBRANÇA PARCIAL</u> .....	13
<b>4 DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	14
Anexo A - Modelo de Termo de Cooperação .....	15
Anexo B - Modelo de Acordo Específico .....	22
Anexo C - Modelo de Ofício de Cobrança .....	31
Anexo D - Modelo de Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável .....	33
Anexo E - Modelo de Custo Real de Missão Aérea Indenizável .....	34
Anexo F - Modelo de Plano de Trabalho .....	35

## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **1.1 FINALIDADE**

Esta Diretriz tem por finalidade estabelecer normas administrativas referentes às Missões Aéreas Indenizáveis (MAI) executadas pelo Comando da Aeronáutica.

### **1.2 CONCEITUAÇÃO**

Os termos e expressões empregados nesta Diretriz têm seu significado consagrado no vernáculo, no MCA 10-4 “Glossário da Aeronáutica”, no MCA 10-3 “Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica”, ou conforme explicitado a seguir.

#### **1.2.1 ACORDO ESPECÍFICO**

Instrumento por meio do qual o Comando da Aeronáutica (COMAER) firma com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ou seus Órgãos, bem como com as Entidades Privadas com personalidade jurídica de Direito Privado, a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração, regido pelo Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **1.2.2 ADMINISTRAÇÃO**

Órgão, Entidade ou Unidade Administrativa pelas quais a Administração Pública opera e atua concretamente.

#### **1.2.3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

É a administração direta e indireta da União Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, inclusive, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

#### **1.2.4 CUSTO LOGÍSTICO DA HORA DE VOO (CLHV)**

É o custo calculado pelo Comando-Geral de Apoio (COMGAP), para cada tipo de aeronave, com base nos parâmetros definidos pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), objetivando a composição do preço da MAI e o planejamento dos créditos necessários à execução anual do esforço aéreo.

#### **1.2.5 ESFORÇO MÍNIMO DIÁRIO (EMD) (NR) – Portaria Nº 832/GC6, de 30 de novembro de 2010.**

É a quantidade mínima de horas de voo a ser indenizada pelo Órgão Solicitante ao COMAER, prevista em publicação específica do EMAER, estipulada por tipo de aeronave.

Sempre que a aeronave estiver à disposição do Órgão Solicitante, o valor diário mínimo devido ao COMAER será o EMD, considerando-se ou não o voo da aeronave.

**1.2.6 MISSÃO AÉREA INDENIZÁVEL (MAI) (NR) – Portaria Nº 832/GC6, de 30 de novembro de 2010.**

Missão realizada pelo COMAER, decorrente de solicitação apresentada pela Administração Pública, realizada em benefício do Órgão, Entidade ou Unidade Administrativa interessada, ou em atendimento a solicitação de Entidades Privadas, formal e legalmente firmados e autorizados. Não consta do planejamento do Esforço Aéreo Anual do COMAER.

**1.2.7 ÓRGÃO EXECUTANTE (NR) – Portaria Nº 832/GC6, de 30 de novembro de 2010.**

Organização do COMAER à qual for atribuída a execução da Missão Aérea Indenizável solicitada (COMGAR, DEPENDS, DECEA, GABAER, COMGAP).

**1.2.8 ÓRGÃO SOLICITANTE (NR) – Portaria Nº 832/GC6, de 30 de novembro de 2010.**

Órgão da Administração Pública ou Entidade Privada solicitante de uma Missão Aérea Indenizável.

**1.2.9 OUTRAS DESPESAS (NR) – Portaria Nº 832/GC6, de 30 de novembro de 2010.**

São consideradas outras despesas:

- a) despesas decorrentes da utilização de material técnico, equipamentos ou facilidades essenciais à execução da Missão, quando for o caso;
- b) tarifas decorrentes de uso das comunicações, auxílios à navegação, pouso, decolagem e facilidades aeroportuárias, quando for o caso;
- c) valores estimados das diárias de pernoite, de alimentação e do transporte da tripulação, necessários ao cumprimento da Missão, quando for o caso;
- d) despesas decorrentes da substituição de tripulações, quando for o caso; e
- e) outras despesas eventuais, concernentes ao cumprimento da Missão.

**1.2.10 TERMO DE COOPERAÇÃO (NR) – Portaria Nº 832/GC6, de 30 de novembro de 2010.**

Instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de Órgão da Administração Pública federal direta, autarquia, fundação pública, ou empresa estatal dependente, para outro Órgão ou entidade federal da mesma natureza. Nos termos em que for prevista a movimentação de recursos entre os Órgãos, esta ocorrerá por meio de Destaque Orçamentário e Repasse Financeiro, contabilizado no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Este ajuste corresponde à previsão legal inserida no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, atualizado pelo Decreto nº 6.619, de 29 de outubro de 2008, e na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008.



### 1.3 CUSTO DA MAI (NR) – Portaria N° 832/GC6, de 30 de novembro de 2010.

O custo da MAI será calculado, com base na seguinte fórmula, em números absolutos: (NR) – Portaria N° 832/GC6, de 30 de novembro de 2010.

$$Ct = [Cv \times (E + E1) \times T] + D.$$

Onde:

Ct = custo total.

Cv = custo logístico da hora de voo (CLHV).

T = n° de dias da aeronave à disposição do contratante, compreendidos entre os dias de saída e retorno à sede inclusive.

E = esforço mínimo diário (EMD).

E1 = hora de voo excedente ao EMD, por dia de Missão.

D = outras despesas.

### 1.4 ÂMBITO

As prescrições contidas nesta Diretriz se aplicam a todo o COMAER.

## **2 ATRIBUIÇÕES**

### **2.1 DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**

**2.1.1** Apreciar e aprovar, mediante Portaria, a tabela de CLHV proposta pelo COMGAP, publicando-a em BCA Reservado.

**2.1.2** Analisar e decidir sobre as solicitações de MAI, no âmbito do COMAER, ressalvadas as endereçadas ao Comandante da Aeronáutica (CMTAER) e por ele autorizadas, dando o parecer sobre a realização das mesmas e, em caso positivo, encaminhando ao Órgão competente para providências decorrentes (realização da Missão e estimativa do custo da mesma).

**2.1.3** Providenciar a elaboração do Termo de Cooperação ou Acordo Específico para regularização das Missões Aéreas, em proveito do Órgão Solicitante, ao longo de um período, de acordo com os modelos padronizados (Anexos A e B), encaminhando-os, previamente à assinatura, à apreciação da Assessoria Jurídica responsável.

**2.1.4** Fiscalizar a execução dos Termos de Cooperação ou dos Acordos Específicos, regulados pela presente Diretriz.

**2.1.5** Encaminhar ao Ministério da Defesa, ao Órgão Executante e à Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) cópia dos Termos de Cooperação ou dos Acordos Específicos firmados.

**2.1.6** Planejar a inclusão, na Proposta Orçamentária Anual, dos recursos referentes às receitas oriundas de indenizações das MAI, em proveito das ações de apoio logístico ao esforço aéreo, tendo por base os dados históricos. No que se refere às descentralizações, os valores já são repassados, dentro do Exercício, para as Organizações Militares (OM), conforme acordo entre o EMAER, o COMGAR e o COMGAP.

**2.1.7** Autorizar a descentralização dos créditos orçamentados no Fundo Aeronáutico, referente às receitas oriundas das MAI, previamente alocada no Plano de Ação quando da elaboração da PLOA.

**2.1.8** Após a realização da MAI com Estados, Municípios e Entidade Privada, enviar ao Órgão Solicitante o Ofício de cobrança com o respectivo valor a ser pago, bem como as instruções para preenchimento da Guia de Recolhimento de Receitas da União – GRU (tipo simples), conforme inciso VIII da Portaria nº 456/GC6, de 24 de junho de 2008, e Módulo 3 do MCA 172-3 (Digital), devendo ser observada a necessidade de informar ao solicitante o Número de Referência a ser inscrito na GRU simples, atributo que identificará, além do CNPJ do Recolhedor, a MAI realizada.

**2.1.9** Controlar a situação financeira das MAI:

- a) enviando Ofício de cobrança ao Órgão Solicitante, reiterando-o trimestralmente, até o efetivo pagamento; e
- b) informando ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER), mensalmente, os casos de inadimplência.

**2.1.10** Exigir, no ato da formalização dos Acordos Específicos com Entidades Privadas, a apresentação de apólice de seguro que compreenda a cobertura de pessoas e de bens transportados, com cláusula de indenização por danos causados a terceiros.

## **2.2 DO GABINETE DO COMANDANTE**

Encaminhar cópia das solicitações de MAI, endereçadas ao CMTAER e por ele autorizadas, para o Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (VICEMAER), juntamente com todos os documentos de referência, com a finalidade de proceder à confecção do Termo de Cooperação ou Acordo Específico com o Órgão Solicitante e posterior controle.

## **2.3 DO ÓRGÃO EXECUTANTE**

**2.3.1** Julgar a possibilidade de execução de MAI, em função do esforço aéreo alocado, assessorando o EMAER na sua tomada de decisão, sobre o atendimento ao pedido da Missão.

**2.3.2** Encaminhar ao EMAER, para análise e decisão, as solicitações de MAI formalizadas diretamente ao Órgão Executante, pelos Órgãos Solicitantes.

**2.3.3** Encaminhar ao EMAER os custos das MAI, levantados por meio do Documento “Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável” (Anexo D) e da atualização posterior “Custo Real de Missão Aérea Indenizável” (Anexo E), quando do seu cumprimento, para as providências relativas à descentralização dos créditos da respectiva indenização.

**2.3.4** Quando não for possível a celebração de um Termo de Cooperação ou Acordo Específico, antes da realização da MAI, devido à exiguidade dos prazos para o cumprimento da mesma, informar ao EMAER, por meio do Relatório de Acionamento de Comando (RACOM) ou documento equivalente, os custos da Missão, para sua devida cobrança junto ao Órgão Solicitante.

**2.3.5** Exigir do Órgão Solicitante a apresentação de documentação que discrimine os materiais a serem transportados, certificando a origem, natureza e valor, bem como os serviços a serem executados.

## **2.4 DO COMANDO-GERAL DE APOIO**

Encaminhar ao EMAER, anualmente, até o quinto dia útil do mês de maio, a proposta das tabelas referentes ao CUSTO LOGÍSTICO DA HORA DE VOO (CLHV) e ESFORÇO MÍNIMO DIÁRIO (EMD) por tipo de aeronave.

## **2.5 DA SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA**

Informar ao EMAER as receitas recebidas (por intermédio de Destaque ou GRU) como indenização das MAI realizadas, com os dados sobre o montante pago, Órgão Solicitante e à qual Missão a citada receita se refere, de acordo com o Número de Referência fornecido por aquele Estado-Maior.

## **2.6 DO SOLICITANTE DA MAI**

**2.6.1** Solicitar a MAI, por meio de documento formal, explicitando, no Plano de Trabalho (Anexo F), detalhadamente, a Missão a ser realizada, o pessoal a ser trasladado, bem como os materiais a serem transportados, certificando a origem, natureza e valor.

**2.6.2** Cumprir todas as obrigações previstas nas cláusulas do Termo de Cooperação ou Acordo Específico, conforme o caso.

**2.6.3** Quando se tratar da Administração Pública:

- a) assumir todos os riscos por prejuízos que eventualmente ocorram ou sejam causados a terceiros, durante o cumprimento da MAI, responsabilizando-se por danos causados a pessoas ou materiais transportados, de sua alçada; e
- b) transferir os recursos, creditícios/financeiros, conforme CLÁUSULA pertinente, constante do Termo de Cooperação ou Acordo Específico.

**2.6.4** Quando se tratar de Entidade Privada:

- a) apresentar apólice de seguro compreendendo prêmio líquido, relativo à cobertura de pessoas e de bens transportados, de sua alçada, com cláusula de indenização por danos causados a terceiros, conforme preconizado pela Federação Nacional de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG) e/ou pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Esta garantia requerida é condicionante para que o Acordo seja firmado; e
- b) realizar o depósito bancário, conforme CLÁUSULA pertinente, constante do Acordo Específico, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU), do tipo simples, conforme dados constantes do Ofício de cobrança (Anexo C) encaminhado pelo EMAER, o qual deverá ser respondido com a anexação de cópia do respectivo comprovante de depósito.

**2.6.5** Responsabilizar-se por toda documentação referente à fiscalização dos impostos e autorizações exigidas pela autoridade competente nos níveis federal, estadual e municipal e apresentá-las, devidamente formalizadas e tempestivamente ao cumprimento da Missão.

**2.6.6** Responsabilizar-se, quando houver trecho(s) internacional(is), pelo desembaraço alfandegário que for necessário ou exigido, com base na preparação da documentação concernente.

### **3 DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **3.1 SOLICITAÇÃO DE MAI**

Os Órgãos de Direção-Geral, de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao CMTAER (ODGSA) deverão orientar a Administração Pública ou a Entidade Privada interessada na execução da MAI a dirigir a sua solicitação, preferencialmente ao EMAER, ou por meio do Comando Aéreo Regional (COMAR) com jurisdição na localidade de origem do transporte ou à OM mais próxima. Essas Organizações, após análise e parecer preliminar, encaminharão os processos, via Cadeia de Comando, para a aprovação do EMAER, anexando, devidamente preenchido no que couber, o Plano de Trabalho (Anexo F).

#### **3.2 ACEITAÇÃO DE RISCOS DURANTE A REALIZAÇÃO DA MAI**

**3.2.1** O Solicitante aceitará os riscos, de qualquer natureza, causadores de paralisação da MAI, arcando com os custos decorrentes do apoio logístico necessário à retomada da Missão. Exemplos: condições técnicas da aeronave, condições meteorológicas adversas, condições físicas da tripulação e outras.

**3.2.1.1** A ocorrência desses casos deverá ser reportada pelo Órgão Executante, quando do envio do Relatório de Acionamento de Comando (RACOM) ou documento equivalente ao EMAER, a fim de esclarecer os motivos que tenham levado ao acréscimo do custo inicial da Missão.

#### **3.3 COBRANÇA PARCIAL**

Deverá ser levado em conta, pelo EMAER, para fins de dedução ou proporcionalidade no cálculo da Missão, o uso parcial da aeronave ou mesmo o aproveitamento de Missão, conforme reportado pelo Órgão Executante. A aplicação da cobrança parcial em uma MAI deverá ser decidida pelo Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (CEMAER) quando poderá haver decréscimo do valor inicial estimado.

#### 4 DISPOSIÇÕES FINAIS

**4.1** Esta Diretriz se aplica a todo o COMAER, devendo as OM subordinadas seguirem as suas respectivas cadeias de Comando, bem como aplicarem as rotinas previstas.

**4.2** Os ODGSA deverão adequar suas respectivas legislações, aplicáveis às Missões Aéreas Indenizáveis, à presente Diretriz.

**4.3** Os casos não previstos no presente documento serão decididos pelo Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, por intermédio do Vice-Chefe do EMAER, ouvidos os Comandantes do COMGAR, do COMGAP ou do Comando responsável pela realização da MAI.

**Anexo A - Modelo de Termo de Cooperação****SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA DEFESA - MINISTÉRIO DA XXXXX****MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº \_\_\_\_\_/2010**

Termo de Cooperação que entre si celebram o Ministério da Defesa, por intermédio do Comando da Aeronáutica, e o [nome do Órgão Solicitante], visando o apoio de transporte aéreo à(ao) [nome da Missão ou do tipo de serviço].

**PREÂMBULO**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e nove, a União, representada pelo Comando da Aeronáutica, por intermédio do Estado-Maior da Aeronáutica, CNPJ nº 00.000.000/0000-00, situado a Esplanadas dos Ministérios, bloco M, Brasília-DF, sob o comando do Tenente-Brigadeiro-do-Ar \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ - COMAER, CPF nº \_\_\_\_\_, o qual foi nomeado para o cargo, conforme publicado no Diário Oficial da União nº \_\_\_\_\_, Seção \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, e o [nome do Órgão Solicitante], situado à \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Brasília-DF, representado pelo Sr. \_\_\_\_\_, [função], portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, - SSP \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, o qual foi designado para o cargo pela \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada no Diário Oficial da União de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, celebram o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, com observância no artigo 16, parágrafo único, da Lei Complementar nº 97, de 09 jun. 1999, da Lei nº 8.666, de 21 junho de 1993, do Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/GCU nº 127/2008, e demais normas reguladoras da matéria, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS CONVENÇÕES**

Para efeito do presente Termo de Cooperação, ficam convencionadas as seguintes designações:

- a) COMAER - Comando da Aeronáutica;

### **Continuação do Anexo A - Modelo de Termo de Cooperação**

- b) [Órgão Executante] - [nome do Órgão Executante e Sigla]. Organização do COMAER responsável pela coordenação e o cumprimento do apoio aéreo de transporte a ser prestado na [nome da Missão ou do tipo de serviço];
- c) [Órgão Solicitante] - [nome do Órgão Solicitante e Sigla];
- d) EMAER – Estado-Maior da Aeronáutica. Organização do COMAER responsável pelo gerenciamento da MAI;
- e) Missão Aérea Indenizável (MAI) - Apoio de transporte aéreo prestado pelo Comando da Aeronáutica, com seus diferentes tipos de aeronaves, a uma região definida pelo [nome do Órgão Solicitante], em período pré-estabelecido e número de horas de voo previsto no planejamento da [nome da Missão ou do tipo de serviço], objetivando o [definir];
- f) Plano de Trabalho da Operação - documento elaborado pelo [nome do Órgão Solicitante] e aprovado pelo [nome do Órgão Executante], onde estão definidas as diversas Missões Aéreas em apoio à (ao) [nome da Missão ou do tipo de serviço];
- g) Representante do [nome do Órgão Executante] - Oficial pertencente ao [nome do Órgão Executante], designado para atuar, junto ao [nome do Órgão Solicitante], na coordenação dos eventos decorrentes do objeto deste Termo de Cooperação;
- h) Representante do [nome do Órgão Solicitante] - Servidor ou funcionário, pertencente aos quadros XXX, designado para atuar junto ao [nome do Órgão Executante], auxiliando na coordenação dos eventos decorrentes do objeto deste Termo de Cooperação;
- i) SEFA - Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. Organização do COMAER responsável pelas atividades de administração orçamentária, financeira, de contabilidade, de controle interno e de auditoria, no âmbito do Comando da Aeronáutica;
- j) Unidade Aérea - Organização do COMAER incumbida de cumprir as Missões Aéreas de uma Operação de Transporte Aéreo em prol da MAI; e
- k) Incluir outras definições julgadas pertinentes pelas partes.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente Termo de Cooperação tem por objeto o transporte aéreo de pessoal e material em apoio ao [nome do Órgão Solicitante] no cumprimento de sua atividade-fim, compreendendo a realização de Missões Aéreas, por meio do emprego de aeronaves do Comando da Aeronáutica, de acordo com a programação do Plano de Trabalho, apresentado pelo [nome do Órgão Solicitante], a concretizar-se segundo o disposto nos anexos “*Plano de Trabalho*” e “*Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável*” e demais condições estabelecidas nas cláusulas a seguir convencionadas.



**Continuação do Anexo A - Modelo de Termo de Cooperação****CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA**

A minuta do presente Termo foi aprovada pelo Parecer nº \_\_\_\_/20xx, da Assessoria Jurídica do [nome do Órgão Solicitante] e pelo Parecer nº \_\_\_\_/20xx, da COJAER [caso o Órgão Solicitante não seja assessorado pela AGU], como determina o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS INTERESSES MÚTUOS**

4.1 Constituem interesses compartilhados pelas partes deste Instrumento:

4.1.1 Garantir a [definir] de todos os cidadãos brasileiros.

4.1.2 Garantir ações de [definir].

4.1.3 Proporcionar o apoio de transporte aéreo imprescindível às ações de [definir].

4.1.4 Efetivar a presença do Estado nas mais afastadas localidades, procurando proteger os recursos ambientais na área de sua atuação, promovendo o ordenamento territorial, a integração regional, o desenvolvimento sustentável e reduzir as desigualdades sociais.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Para efeito deste Termo de Cooperação, ficam estabelecidas as seguintes obrigações:

**5.1 DO COMANDO DA AERONÁUTICA:**

5.1.1 Designar um representante do [nome do Órgão Executante], junto ao [nome do Órgão Solicitante], para a coordenação dos eventos relacionados ao objeto deste Termo de Cooperação.

5.1.2 Apresentar ao [nome do Órgão Solicitante], no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento da sua proposta de MAI, a Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável relativa ao apoio aéreo solicitado, consoante o disposto na CLÁUSULA OITAVA - DO CUSTEIO.

5.1.3 Designar as aeronaves e respectivas tripulações necessárias ao cumprimento de cada uma das Missões Aéreas constantes do anexo Plano de Trabalho, com vistas a transportar as equipes, cargas e insumos definidos pelo [nome do Órgão Solicitante], respeitadas as capacidades dessas aeronaves.

5.1.4 Prover o apoio logístico e de segurança dos meios aéreos desdobrados para o atendimento das Missões Aéreas constantes do anexo Plano de Trabalho.

5.1.5 Por intermédio do EMAER, tão logo a Missão seja concluída, enviar Ofício de cobrança ao Órgão Solicitante.

5.1.6 Por intermédio do Órgão Executante, receber do Órgão Solicitante, quando da efetivação da Missão, documento que ratifique ou retifique a discriminação, origem, natureza, valor, peso e cubagem declarados no Plano de Trabalho, encaminhando-o ao EMAER.

### **Continuação do Anexo A - Modelo de Termo de Cooperação**

#### **5.2 DO [NOME DO ÓRGÃO SOLICITANTE]**

5.2.1 Solicitar a participação do representante do [nome do Órgão Executante] nas reuniões necessárias à coordenação dos eventos relacionados ao objeto deste Termo de Cooperação.

5.2.2 Submeter ao representante do [nome do Órgão Executante], até o dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de cada ano, para fins de planejamento e viabilização do apoio aéreo pretendido, a proposta de alteração do Plano de Trabalho do [nome do Órgão Solicitante], para o ano seguinte.

5.2.3 No Plano de Trabalho, a programação a que se refere o item 5.2.2 deverá conter, além das datas previstas de início e término das Missões Aéreas, as informações de número de passageiros e a carga total (discriminando necessidade de peso e, se possível, cubagem) a serem transportados, além da confirmação dos locais a serem atendidos, região de abrangência para as ações e a necessidade de esforço aéreo para cada pólo-base e demais dados pertinentes que se fizerem necessários.

5.2.4 Submeter, também, ao representante do [nome do Órgão Executante], por meio de documento formal, com a antecedência mínima de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias úteis, eventuais alterações de qualquer das Missões programadas, obedecendo-se às disposições da CLÁUSULA SÉTIMA.

5.2.5 Efetuar a transferência dos recursos creditícios e financeiros, referente ao apoio aéreo prestado, para a SEFA, Unidade Gestora 120002, Gestão Tesouro Nacional (00001).

5.2.6 Responsabilizar-se por toda documentação referente a taxas, impostos e autorizações exigidas pela autoridade competente nos níveis federal, estadual e municipal e apresentá-las antes do cumprimento da Missão.

5.2.7 Responsabilizar-se, quando houver percurso(s) internacional(is), pelo desembaraço alfandegário que for necessário ou exigido.

5.2.8 Apresentar, quando da efetivação da Missão, ao Órgão Executante, documento que ratifique ou retifique a discriminação, origem, natureza, valor, peso e cubagem declarados no Plano de Trabalho.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA COORDENAÇÃO**

A coordenação dos eventos decorrentes do objeto deste Termo de Cooperação é, por parte do Comando da Aeronáutica, atribuição do [nome do Órgão Executante], que designará um representante para esta finalidade; e por parte do Ministério da XXXXX, é responsabilidade da [nome do Órgão Solicitante], que também designará, formalmente, seu representante.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO**

7.1 O cumprimento das Missões de Transporte Aéreo é da competência do [nome do Órgão Executante], que designará a(s) Unidade(s) Aérea(s) para sua execução, de acordo com as especificidades das Missões, no período estabelecido e aprovado no Plano de Trabalho, o qual poderá sofrer alterações, desde que haja acordo prévio entre as partes.

7.2 As Missões Aéreas serão realizadas de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, após as coordenações necessárias citadas na CLÁUSULA QUINTA.

7.3 A programação das Missões, envolvendo dias, horários e rotas, será estabelecida conforme previsto no Plano de Trabalho e de acordo com os custos estimados no item 5.1.2.

## **Continuação do Anexo A - Modelo de Termo de Cooperação**

### **CLÁUSULA OITAVA - DO CUSTEIO**

8.1 O presente Termo de Cooperação envolve transferência de recursos creditícios/financeiros. O [nome do Órgão Solicitante], utilizando-se do orçamento destinado à [nome da Missão ou tipo de serviço], efetuará a transferência simultânea dos recursos orçamentários e financeiros necessários à execução das Missões. O Ministério da Defesa será responsável pela descentralização dos créditos provisionados ao COMAER, por intermédio da SEFA.

8.2 Os cálculos da “Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável” e do “Custo Real de Missão Aérea Indenizável”, referentes aos custos do apoio de transporte aéreo para as operações, serão efetuados pelo [nome do Órgão Executante], baseados nas programações respectivas, apresentadas pelo [nome do Órgão Solicitante], no seu Plano de Trabalho, e outros decorrentes da necessidade de apoio logístico para a execução das Missões Aéreas.

8.3 As Missões de apoio aéreo solicitadas que não se encontrem no rol daquelas previstas na programação pactuada, quando atendidas, serão realizadas mediante a transferência dos recursos correspondentes, na forma prevista neste Termo de Cooperação, ou em detrimento de outra a ser definida pelo [nome do Órgão Solicitante]. Em contrapartida, o [nome do Órgão Executante] atenderá a cada uma das Missões com as aeronaves e tripulações adequadas às necessidades das mesmas.

8.4 No caso de a execução do Plano de Trabalho, por causas imprevisíveis, demandar um número de Missões de transporte, aquém do programado, implicando menor custo operacional para o [nome do Órgão Executante], o saldo dos recursos transferidos poderão ser considerados, a critério das Partes, como antecipação de crédito para o acionamento de futuras Missões.

8.5 Para cada Missão Aérea realizada, será preenchido e assinado pelo Comandante da Aeronave e pelo representante do [nome do Órgão Solicitante] a bordo da Missão um mapa, em 02 (duas) vias, com as informações necessárias ao cálculo do Custo Real de Missão Aérea Indenizável.

8.6 As diversas comprovações supracitadas deverão compor o Processo Administrativo de Gestão (PAG) do [nome do Órgão Executante].

8.7 A transferência de recursos de que trata o item 8.1 desta cláusula deverá ocorrer tão logo seja aprovada a Lei Orçamentária Anual.

### **CLÁUSULA NONA - DOS RISCOS**

9.1 O Órgão Solicitante aceitará os riscos, de qualquer natureza, causadores de paralisação da MAI, arcando com os custos decorrentes do apoio logístico necessário a retomada da Missão. Exemplos: condições técnicas da aeronave, condições meteorológicas adversas, condições físicas da tripulação e outras.

9.2 A ocorrência desses casos deverá sempre ser reportada ao EMAER pelo [nome do Órgão Executante] no Relatório de Acionamento de Comando (RACOM) ou documento equivalente.

### **Continuação do Anexo A - Modelo de Termo de Cooperação**

9.3 O Órgão Solicitante se responsabiliza por quaisquer danos (materiais ou pessoais, inclusive a terceiros), isentando o COMAER de quaisquer responsabilidades, quer civis, penais ou administrativas, quando do transporte em aeronaves militares, decorrentes deste Termo de Cooperação, nos casos de acidentes ocorridos entre o embarque e o desembarque de pessoas, materiais ou equipamentos vinculados à Administração Pública e/ou materiais ou equipamentos (bens públicos) transportados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cooperação tem vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, no interesse das partes, por até igual período, mediante Termo Aditivo, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

11.1 Este Termo poderá ser alterado de comum acordo entre as partes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo devidamente justificado, sendo vedada a alteração da natureza do objeto; e

11.2 Havendo variação nos valores dos insumos considerados para o cálculo dos recursos a serem repassados pelo [nome do Órgão Solicitante], em face de reajuste de preços, motivado, porventura, por alterações à proposta do Plano de Trabalho de cada ano, as atualizações financeiras terão seus montantes repassados no início de cada Exercício e não caracterizarão alterações no presente Termo, podendo ser registradas por simples apostila, dispensando a celebração de aditivos, conforme § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

11.3 Toda e qualquer alteração do Plano de Trabalho e variação nos valores dos insumos considerados na Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável repercutirá no valor do Custo Real de Missão Aérea Indenizável, a ser calculado de acordo com a planilha constante do Anexo C deste Termo de Cooperação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PESSOAL**

Em qualquer situação, os profissionais envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste Termo permanecerão subordinados às entidades as quais estejam vinculados, não se estabelecendo qualquer tipo de relação empregatícia com a parte a que estiverem prestando serviços.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA OU DA RESCISÃO**

13.1 O presente Termo poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer das partes, mediante notificação escrita com antecedência mínima de sessenta dias para serviço continuado e dez dias úteis para evento único; e

13.2 O presente Termo poderá, ainda, ser rescindido a qualquer tempo por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo, cada parte, os seus respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**Continuação do Anexo A - Modelo de Termo de Cooperação****CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida deste Termo, no Diário Oficial da União, será providenciada pelo COMAER.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DIVERGÊNCIAS**

Eventuais divergências decorrentes da interpretação deste Termo, que não sejam dirimidas pelos partícipes, serão submetidas ao Advogado-Geral da União, na conformidade da regra trazida no art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, cabendo a quem suscitou a dúvida promover a consulta.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS VIAS DO TERMO**

O presente Termo de Cooperação é celebrado em duas vias de igual teor, as quais terão o seguinte destino:

- a) uma para o EMAER, com cópias para o Ministério da Defesa, para o [nome do Órgão Executante] e para a SEFA; e
- b) uma para o [nome do Órgão Solicitante].

E por assim acordarem, os partícipes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente Termo, que lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todo o ato presente.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante do [nome do Órgão Solicitante]

Sr. \_\_\_\_\_  
Diretor de \_\_\_\_\_  
Setor \_\_\_\_\_

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Representante do COMAER

Ten Brig Ar XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**ANEXOS:**

Anexo A - Plano de Trabalho apresentado pelo [nome do Órgão Solicitante].  
(vide modelo no Anexo F)

Anexo B - Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável.  
(vide modelo no Anexo D)

Anexo C - Planilha de Custo Real de Missão Aérea Indenizável  
(vide modelo no Anexo E)

**Anexo B - Modelo de Acordo Específico**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**

ACORDO ESPECÍFICO Nº     /     /     -

O [Estado, Distrito Federal, Município ou Entidade Privada], CNPJ nº \_\_\_\_\_ com sede no (a) (endereço), neste ato representada pelo (a) Sr. \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, brasileiro (a), (estado civil), residente e domiciliado no (endereço), e, do outro lado, a UNIÃO FEDERAL representada pelo Comando da Aeronáutica, por intermédio do ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, representado pelo Chefe do Estado-Maior, o Exmo Sr. Ten Brig Ar \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ MD/COMAER, CPF nº \_\_\_\_\_ brasileiro, (estado civil), militar, residente e domiciliado no (endereço), resolvem, de mútuo acordo, firmar o presente Acordo Específico, em consonância com (documento que deu origem), sujeitando-se à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, ao Decreto nº 93.872/86, e à Diretriz do Comando da Aeronáutica - DCA 400-48 “Missões Aéreas Indenizáveis”, de     /     / 200X, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – CONVENÇÕES**

Para efeito do presente Acordo Específico, ficam convencionadas as seguintes designações:

- a) COMAER - Comando da Aeronáutica;
- b) [Órgão Executante] - [nome do Órgão Executante e Sigla], Organização do COMAER responsável pela coordenação e o cumprimento do apoio aéreo de transporte a ser prestado na [nome da Missão ou do tipo de serviço];
- c) [Órgão Solicitante] - [nome do Estado, Distrito Federal, Município ou da Entidade Privada e Sigla];
- d) EMAER – Estado-Maior da Aeronáutica. Organização do COMAER responsável pelo gerenciamento da MAI;

### **Continuação do Anexo B - Modelo de Acordo Específico**

- e) Missão Aérea Indenizável (MAI) - Apoio de transporte aéreo prestado pelo Comando da Aeronáutica, com seus diferentes tipos de aeronaves, a uma região definida pelo [nome do Estado, Distrito Federal, Município ou da Entidade Privada], em período pré-estabelecido e número de horas de voo previsto no planejamento da [nome da Missão ou do tipo de serviço], objetivando o [definir];
- f) Plano de Trabalho da Operação - documento elaborado pelo [nome do Estado, Distrito Federal, Município ou da Entidade Privada] e aprovado pelo [nome do Órgão Executante], onde estão definidas as diversas Missões Aéreas em apoio à (ao) [nome da Missão ou do tipo de serviço];
- g) Representante do [nome do Órgão Executante] - Oficial pertencente ao [nome do Órgão Executante], designado para atuar, junto ao [nome do Estado, Distrito Federal, Município ou da Entidade Privada], na coordenação dos eventos decorrentes do objeto deste Acordo Específico;
- h) Representante do [nome do Estado, Distrito Federal, Município ou da Entidade Privada] - Servidor, funcionário ou diretor, pertencente aos quadros XXX, designado para atuar junto ao [nome do Órgão Executante], auxiliando na coordenação dos eventos decorrentes do objeto deste Acordo Específico;
- i) SEFA - Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. Organização do COMAER responsável pelas atividades de administração orçamentária, financeira, de contabilidade, de controle interno e de auditoria, no âmbito do Comando da Aeronáutica;
- j) Unidade Aérea - Organização do COMAER incumbida de cumprir Missões Aéreas de uma Operação de Transporte Aéreo em prol da MAI; e
- k) Incluir outras definições julgadas pertinentes pelas partes.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

O presente Acordo Específico tem por objeto o transporte aéreo de pessoal e material em apoio ao [nome do Estado, Distrito Federal, Município ou da Entidade Privada] no cumprimento de sua atividade-fim, compreendendo a realização de Missões Aéreas, por meio do emprego de aeronaves do Comando da Aeronáutica, de acordo com a programação do Plano de Trabalho, apresentado pelo [nome do Órgão Solicitante], a concretizar-se segundo o disposto nos anexos “*Plano de Trabalho*” e “*Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável*” e demais condições estabelecidas nas cláusulas a seguir convencionadas.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA**

#### **(Para os casos de Acordos com Entidades Privadas)**

A minuta do presente Acordo foi aprovada pelo Parecer nº \_\_\_\_/20xx, da Assessoria Jurídica do COMAER, como determina o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993.

### **Continuação do Anexo B - Modelo de Acordo Específico**

#### **(Para os casos de Acordos com os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios)**

A minuta do presente Acordo foi aprovada pelo Parecer nº \_\_\_\_/20xx, da Assessoria Jurídica do [nome do Estado, Distrito Federal ou Município] e pelo Parecer nº \_\_\_\_/20xx, da COJAER, como determina o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA EXCEPCIONALIDADE (Cláusula aplicável somente para Acordos com empresas privadas com fins lucrativos)**

O presente Acordo decorre da excepcionalidade de (discorrer sobre justificativa(s) que possam respaldar este contrato com a empresa privada, mesmo ela tendo fins lucrativos).

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Para efeito deste Acordo Específico, ficam estabelecidas as seguintes obrigações:

##### **5.1 DO COMANDO DA AERONÁUTICA:**

5.1.1 Designar um representante do [nome do Órgão Executante], junto ao [nome da Órgão Solicitante], para a coordenação dos eventos relacionados ao objeto deste Acordo Específico.

5.1.2 Apresentar ao [nome do Órgão Solicitante], no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento da sua proposta de MAI, a Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável relativa ao apoio aéreo solicitado, consoante o disposto na CLÁUSULA OITAVA - DO CUSTEIO.

5.1.3 Designar as aeronaves e respectivas tripulações necessárias ao cumprimento de cada uma das Missões Aéreas constantes do anexo Plano de Trabalho, com vistas a transportar as equipes, cargas e insumos definidos pelo [nome do Órgão Solicitante], respeitadas as capacidades dessas aeronaves.

5.1.4 Prover o apoio logístico e de segurança dos meios aéreos desdobrados para o atendimento da MAI.

5.1.5 Por intermédio do EMAER, tão logo a Missão seja concluída, enviar Ofício de cobrança ao Órgão Solicitante.

5.1.6 Por intermédio do Órgão Executante, receber do Órgão Solicitante, quando da efetivação da Missão, documento que ratifique ou retifique a discriminação, origem, natureza, valor, peso e cubagem declarados no Plano de Trabalho, encaminhando-o ao EMAER.

##### **5.2 DO (A) [nome do Estado, Distrito Federal, Município ou da Entidade Privada]**

5.2.1 Solicitar a participação do representante do [nome do Órgão Executante] nas reuniões necessárias à coordenação dos eventos relacionados ao objeto deste Acordo Específico.

5.2.2 Informar, na solicitação da MAI as datas previstas de início e término das Missões Aéreas, o número de passageiros e a carga total (discriminando necessidade de peso e, se possível, cubagem) a serem transportados e a confirmação dos trechos a serem atendidos.



### **Continuação do Anexo B - Modelo de Acordo Específico**

5.2.3 Submeter, também, ao representante do [nome do Órgão Executante], por meio de documento formal, com a antecedência mínima de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias úteis, eventuais alterações de qualquer das Missões programadas, obedecendo-se às disposições da CLÁUSULA SÉTIMA.

5.2.4 Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento do Ofício de cobrança expedido pelo EMAER, por intermédio da Guia de Recolhimento da União (GRU), do tipo simples, favorecendo a UG/Gestão 121002/00001 com o código NNNNN-N (VER MCA 172-3/Digital) e Número de Referência NNNNNNNNNNNNNNNNNNN (a ser atribuído pelo EMAER). O referido Ofício será respondido com a anexação de cópia do respectivo comprovante de depósito.

5.2.5 Responsabilizar-se por toda documentação referente a taxas, impostos e autorizações exigidas pela autoridade competente nos níveis federal, estadual e municipal e apresentá-las antes do cumprimento da Missão.

5.2.6 Responsabilizar-se, quando houver trecho(s) internacional(is), pelo desembaraço alfandegário que for necessário ou exigido.

5.2.7 Apresentar, quando da efetivação da Missão, ao Órgão Executante, documento que ratifique ou retifique a discriminação, origem, natureza, valor, peso e cubagem declarados no Plano de Trabalho.

5.2.8 (Item aplicável somente para Acordos com Entidades Privadas) Apresentar, no ato da assinatura do Acordo Específico, apólice de seguro compreendendo prêmio líquido, relativo à cobertura de pessoas e de bens transportados, de sua alçada, com cláusula de indenização por danos causados a terceiros, conforme preconizado pela Federação Nacional de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG) e/ou pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

### **CLÁUSULA SEXTA - DA COORDENAÇÃO**

A coordenação dos eventos decorrentes do objeto deste Acordo Específico é, por parte do Comando da Aeronáutica, atribuição do [nome do Órgão Executante], que designará um representante para esta finalidade; e, por parte da [nome do Estado, Distrito Federal, Município ou da Entidade Privada] responsabilidade do [nome do Setor], que também designará formalmente seu representante.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO**

O cumprimento das Missões de Transporte Aéreo é da competência do [nome do Órgão Executante], que designará a(s) Unidade(s) Aérea(s) para sua execução, de acordo com as especificidades das Missões, no período estabelecido, o qual poderá sofrer alterações, desde que haja acordo prévio entre as partes.

### **Continuação do Anexo B - Modelo de Acordo Específico**

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO CUSTEIO (DO PAGAMENTO)**

##### **(Para os casos de Acordos com Entidades Privadas)**

8.1 O pagamento dos serviços prestados decorrentes deste Acordo será efetuado ao COMAER, pelo Órgão Solicitante, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento do Ofício de cobrança expedido pelo EMAER, de acordo com o item 5.2.4 da Cláusula Quinta.

8.2 Para assegurar a correta contagem do tempo, o EMAER expedirá o Ofício de cobrança, por via postal, com Aviso de Recebimento ou outro meio que assegure a ciência do Órgão Solicitante.

8.3 Os cálculos da “Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável” e do “Custo Real de Missão Aérea Indenizável”, referentes aos custos do apoio de transporte aéreo para as operações, serão efetuados pelo [nome do Órgão Executante], baseado nas programações respectivas, apresentadas pelo [nome da Entidade Privada].

##### **(Para os casos de Acordos com os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios)**

8.1 O pagamento dos serviços prestados decorrentes deste Acordo será efetuado ao COMAER, pelo Órgão Solicitante, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento do Ofício de cobrança expedido pelo EMAER, de acordo com o item 5.2.4 da Cláusula Quinta.

8.2 Os cálculos da “Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável” e do “Custo Real de Missão Aérea Indenizável”, referentes aos custos do apoio de transporte aéreo para as operações, serão efetuados pelo [nome do Órgão Executante], baseado nas programações respectivas, apresentadas pelo [nome do Órgão Solicitante], no seu Plano de Trabalho, e outros decorrentes da necessidade de apoio logístico para a execução das Missões Aéreas.

8.3 As Missões de apoio aéreo solicitadas que não se encontrem no rol daquelas previstas na programação pactuada, quando atendidas, serão realizadas mediante o pagamento das mesmas, na forma prevista neste Acordo, ou em detrimento de outra a ser definida pelo [nome do Órgão Solicitante]. Em contrapartida, o [nome do Órgão Executante] atenderá a cada uma das Missões com as aeronaves e tripulações adequadas às necessidades das mesmas.

8.4 No caso de a execução do Plano de Trabalho, por causas imprevisíveis, demandar um número de Missões de transporte, aquém do programado, implicando menor custo operacional para o [nome do Órgão Executante], o saldo dos pagamentos efetuados poderão ser considerados, a critério das Partes, como antecipação de crédito para o acionamento de futuras Missões.

8.5 Para cada Missão Aérea realizada, será preenchido e assinado pelo Comandante da Aeronave e pelo representante do [nome do Órgão Solicitante] a bordo da Missão um mapa, em 02 (duas) vias, com as informações necessárias ao cálculo do Custo Real de Missão Aérea Indenizável.

**Continuação do Anexo B - Modelo de Acordo Específico**

8.6 As diversas comprovações supracitadas deverão compor o Processo Administrativo de Gestão (PAG) do [nome do Órgão Executante].

**CLÁUSULA NONA - VALOR ESTIMADO DO ACORDO ESPECÍFICO**

Para a execução deste Acordo é estimado o valor de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA DÉCIMA – MULTA (Cláusula aplicável somente para Acordos com Entidades Privadas)**

A [nome da Entidade Privada], em caso de atraso do pagamento, pagará, mensalmente, multa de 2% sobre o valor acordado, mais juros de mora de 1% ao mês sobre o valor da parcela em atraso.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RISCOS**

11.1 O (A) [nome do Estado, Distrito Federal, Município ou da Entidade Privada] aceitará os riscos, de qualquer natureza, causadores de paralisação da MAI, arcando com os custos decorrentes do apoio logístico necessário à retomada da Missão. Exemplos: condições técnicas da aeronave, condições meteorológicas adversas, condições físicas da tripulação e outras.

11.2 A ocorrência desses casos deverá sempre ser reportada ao EMAER pelo [nome do Órgão Executante] no Relatório de Acionamento de Comando (RACOM) ou documento equivalente.

11.3 O Órgão Solicitante se responsabiliza por quaisquer danos (materiais ou pessoais, inclusive a terceiros), isentando o COMAER de quaisquer responsabilidades, quer civis, penais ou administrativas, quando do transporte em aeronaves militares, decorrentes deste Acordo Específico, nos casos de acidentes ocorridos entre o embarque e o desembarque de pessoas, materiais ou equipamentos vinculados ao [nome do Órgão Solicitante] e/ou materiais ou equipamentos transportados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PESSOAL**

Em qualquer situação, os profissionais envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste Acordo permanecerão subordinados às entidades as quais estejam vinculados, não se estabelecendo qualquer tipo de relação empregatícia com a parte a que estiverem prestando serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA**

13.1 O EMAER fica dispensado de oferecer as garantias de execução dos serviços, de acordo com o art. 56 da Lei nº 8.666/93.

### **Continuação do Anexo B - Modelo de Acordo Específico**

13.2 (Item aplicável somente para Acordos com Entidades Privadas) É condição para a assinatura deste Acordo Específico a apresentação da apólice mencionada no item 5.2.8 da Cláusula Quinta.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

### **(Para os casos de Acordos com Entidades Privadas)**

O presente Acordo Específico tem vigência de \_\_\_\_\_ (dias, meses), a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

### **(Para os casos de Acordos com os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios)**

O presente Acordo Específico tem vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, no interesse das partes, por até igual período, mediante Termo Aditivo, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES**

15.1 Este Acordo poderá ser alterado de comum acordo entre as partes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo devidamente justificado, sendo vedada a alteração da natureza do objeto.

15.2 Havendo variação nos valores dos insumos considerados para o cálculo dos recursos a serem repassados pelo [nome do Estado, Distrito Federal, Município ou da Entidade Privada], em face de reajuste de preços, motivado, porventura, por alterações na MAI, as atualizações financeiras terão seus montantes repassados para a [nome do Estado, Distrito Federal, Município ou da Entidade Privada], não caracterizando alterações no presente Acordo, podendo ser registradas por simples apostila, dispensando a celebração de aditamentos, conforme § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

15.3 Toda e qualquer alteração do Plano de Trabalho e variação nos valores dos insumos considerados na Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável repercutirá no valor do Custo Real de Missão Aérea Indenizável, a ser calculado de acordo com a planilha constante do Anexo C deste Termo de Cooperação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DENÚNCIA OU DA RESCISÃO**

16.1 O presente Acordo poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer das partes, mediante notificação escrita com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para serviço continuado e 10 (dez) dias úteis para evento único.

16.2 Este instrumento poderá, ainda, ser rescindido a qualquer tempo por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo, cada parte, os seus respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**Continuação do Anexo B - Modelo de Acordo Específico****CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida deste Acordo, no Diário Oficial da União, será providenciada pelo COMAER.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

As questões ou dúvidas oriundas da execução deste Acordo serão dirimidas e resolvidas amistosamente, por via administrativa. Os casos pendentes de solução serão resolvidos no Foro da Justiça Federal do Distrito Federal.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS VIAS DO ACORDO**

O presente Acordo é celebrado em duas vias de igual teor, as quais terão o seguinte destino:

- a) uma para o EMAER, com cópias para o Ministério da Defesa, para a SEFA e para o [nome do Órgão Executante]; e
- b) uma para o (a) [nome do Estado, Distrito Federal, Município ou da Entidade Privada].

E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Acordo que, após lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante do [nome do Estado, Distrito  
Federal, Município ou da Entidade Privada]

Sr. \_\_\_\_\_  
Chefe/Diretor de \_\_\_\_\_  
Setor \_\_\_\_\_

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Representante do COMAER

Ten Brig Ar XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**Continuação do Anexo B - Modelo de Acordo Específico****ANEXOS:**

Anexo A - Plano de Trabalho apresentado pelo [nome do Órgão Solicitante].  
(vide modelo no Anexo F)

Anexo B - Estimativa de Custos de Missão Aérea Indenizável.  
(vide modelo no Anexo D)

Anexo C - Planilha de Custo Real de Missão Aérea Indenizável.  
(vide modelo no Anexo E)

## Anexo C - Modelo de Ofício de Cobrança



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**  
[Endereço para correspondência]  
[Endereço – continuação]  
[Telefone e Endereço de Correio Eletrônico]

Of nº     /     /

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

A Sua Excelência o Senhor (Ao Senhor)  
NOME DO DESTINATÁRIO  
Cargo do destinatário  
Endereço do destinatário  
CEP - Cidade – UF

**Assunto: Solicitação de pagamento de Missão Aérea Indenizável.**

Senhor Ministro/Secretário/Diretor,

1. Em atenção ao (expediente nº \_\_\_\_), de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_, que solicitou a Missão Aérea Indenizável realizada para \_\_\_\_\_, no período de \_\_\_\_\_, em apoio a (o) \_\_\_\_\_, informo a Vossa Excelência (Vossa Senhoria) que o custo final da mesma foi de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), conforme especificado na Planilha nº \_\_\_\_\_, em anexo.
2. Por oportuno, informo, ainda, a Vossa Excelência (Vossa Senhoria) que a Missão em questão está regularizada pelo Termo de Cooperação/Acordo Específico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.
3. Finalmente, solicito a Vossa Excelência (Vossa Senhoria) que o valor mencionado acima seja descentralizado por esse (a) \_\_\_\_\_, em favor do Comando da Aeronáutica e, que o Destaque seja identificado com sendo para a “Indenização do RACOM nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/ (ou documento equivalente), do COMAER” (para a situação de Termo de Cooperação com Órgão Público Federal ou Acordo Específico com Estados, Distrito Federal ou Municípios).

.....ou

**Continuação do Anexo C - Modelo de Ofício de Cobrança**

(Fl 2/2 do Of nº     /     /     -EMAER, de \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.).-----

3.                Solicito a Vossa Senhoria que o valor mencionado acima seja depositado por esse (a) \_\_\_\_\_, em favor do Comando da Aeronáutica, por intermédio de Guia de Recolhimento da União (GRU) simples, a qual deverá ser preenchida com o seguinte código: 121002/00001/NNNNNN, onde 121002 refere-se à Unidade Gestora, 00001 à Gestão Tesouro e NNNNNN ao Número de Referência a ser definido pelo EMAER. (para a situação de Acordo Específico com Entidades Privadas)

4.                Insta consignar que, face ao Acordo Específico referenciado, o não pagamento do valor citado, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, implicará em multa mensal de 2% sobre o valor estabelecido, mais juros de mora de 1% ao mês sobre o valor da parcela em atraso. (para a situação de Acordo Específico com Entidades Privadas)

Atenciosamente,

Posto NOME  
Função/Cargo



## (Comando-Geral ou Departamento)

---

 Setor Responsável pelo Cálculo

ESTIMATIVA DE CUSTOS DE MISSÃO AÉREA INDENIZÁVEL												
Transporte de Pessoal - (Discriminar o Órgão Solicitante e a Missão realizada)												
Período de realização:												
$Ct = [Cv \times (E + E1) \times T] + D$												
ACOM	ORG	ANV	HV	Cv (US\$)	E	E1	T	VLR (US\$)	TOTAL (US\$)	D (US\$)	D (R\$)	P (R\$)
<b>TOTAL</b>								<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DOC/REF:			(Documento que solicitou a Missão)									
OBSERVAÇÕES			(Alguma informação julgada pertinente)									

**Legenda****ACOM** = Acionamento de Comando**ORG** = Órgão Solicitante**ANV** = Aeronave Prevista**HV** = Horas Previstas**VLR (US\$)** = Cotação do dólar do dia (dd/mm/aaaa)**Ct** = Custo Total**Cv (US\$)** = Custo da Hora de voo em dólar**E** = Esforço Aéreo Mínimo Diário**E1** = Hora de voo Excedente ao Esforço Aéreo Mínimo Diário**T** = nº de dias da aeronave à disposição do contratante**D (US\$)** = Outras Despesas em dólares (Diárias, ajuda de custo, taxas aeroportuárias, taxas de sobrevôo e outras)**D (R\$)** = Outras Despesas em reais (Diárias, ajuda de custo, taxas aeroportuárias, taxas de sobrevôo e outras)

(NR) – Portaria N° 832/GC6, de 30 de novembro de 2010.

(Comando-Geral ou Departamento)

Setor Responsável pelo Cálculo

<b>1.1 CUSTO REAL DE MISSÃO AÉREA INDENIZÁVEL</b>													
Transporte de Pessoal e Material - <i>(Discriminar o Órgão Solicitante e a Missão realizada)</i>													
Período de realização:													
$Ct = [Cv \times (E + E1) \times T] + D$													
<b>RACOM</b>	<b>ORG</b>	<b>ANV</b>	<b>HV</b>	<b>Cv (US\$)</b>	<b>E</b>	<b>E1</b>	<b>T</b>	<b>VLR (US\$)</b>	<b>TOTAL (US\$)</b>	<b>D (US\$)</b>	<b>D (R\$)</b>	<b>Cs (R\$)</b>	<b>P (R\$)</b>
<b>TOTAL</b>								<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DOC/REF:		(Documento que solicitou a Missão)											
OBSERVAÇÕES		(Informar as alterações ocorridas que implicaram alteração do custo estimado da Missão).											

#### Legenda

**RACOM** = Relatório de Acionamento de Comando

**ORG** = Órgão Solicitante

**ANV** = Aeronave que realizou a Missão

**HV** = Horas Voadas

**VLR (US\$)** = Cotação do dólar do dia (dd/mm/aaaa)

**Ct** = Custo Total

**Cv (US\$)** = Custo da Hora de voo em dólar

**E** = Esforço Aéreo Mínimo Diário

**E1** = Hora de voo Excedente ao Esforço Aéreo Mínimo Diário

**T** = nº de dias da aeronave à disposição do contratante

**D (US\$)** = outras despesas em dólares (diárias, ajuda de custo, taxas aeroportuárias, taxas de sobrevôo e outras)

**D (R\$)** = Outras Despesas em reais (Diárias, ajuda de custo, taxas aeroportuárias, taxas de sobrevôo e outras)

(NR) – Portaria Nº 832/GC6, de 30 de novembro de 2010.

## Anexo F – Modelo de Plano de Trabalho

## PLANO DE TRABALHO

## I - DADOS CADASTRAIS

<b>Órgão Solicitante:</b>				<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço:</b>					
<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>	<b>DDD/Telefone:</b>	<b>Esfera Administrativa:</b>	
<b>Conta-corrente:</b>	<b>Banco:</b>		<b>Agência:</b>	<b>Praça de Pagamento:</b>	
<b>Nome do Responsável:</b>				<b>CPF:</b>	
<b>CI/Órgão Expedidor:</b>	<b>Cargo:</b>		<b>Função:</b>	<b>Matrícula:</b>	
<b>Endereço:</b>				<b>CEP:</b>	

## II - OUTROS PARTICÍPES

<b>Nome:</b>	<b>CNPJ/CPF:</b>	<b>E.A.</b>
<b>Endereço:</b>		<b>CEP:</b>

## III - DESCRIÇÃO DO PROJETO

<b>Título do Projeto:</b>	<b>Período de Execução:</b>	
	<b>Início:</b>	<b>Término:</b>

<b>Identificação do Objeto:</b>
<b>Justificativa da Proposição:</b>

**Continuação do Anexo F - Modelo de Termo de Plano de Trabalho**

**IV - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)**  
**ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA EXECUÇÃO DA** *[nome da operação/missão]*

<b>METAS</b>	<b>TOTAL R\$</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>

**V - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)**

<b>NATUREZA DA DESPESA</b>		<b>TOTAL R\$</b>	<b>ANAC R\$</b>	<b>PROPONENTE R\$</b>
<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>			
<b>TOTAL</b>				

**VI - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00) [Quando for o caso]**

**MINISTÉRIO DA XXXXX**

<b>METAS</b>	<b>1º MÊS</b>	<b>2º MÊS</b>	<b>3º MÊS</b>	<b>4º MÊS</b>	<b>5º MÊS</b>	<b>6º MÊS</b>

<b>METAS</b>	<b>7º MÊS</b>	<b>8º MÊS</b>	<b>9º MÊS</b>	<b>10º MÊS</b>	<b>11º MÊS</b>	<b>12º MÊS</b>

**Continuação do Anexo F - Modelo de Termo de Plano de Trabalho****VII – DISCRIMINAÇÃO, ORIGEM, NATUREZA, VALOR, PESO E VOLUME DOS MATERIAIS A SEREM TRANSPORTADOS:**

<b>(A) Material</b>	<b>(B) Origem</b>	<b>(C) Natureza</b>	<b>(D) Valor</b>	<b>(E) Peso</b>	<b>(F) Volume</b>

**A – discriminação do material a ser transportado.**

**B – procedência do material.**

**C – tipo de material. Exemplo: expediente, limpeza, líquidos, combustíveis e lubrificantes, móveis, perecíveis, alimentos, medicamentos, equipamentos, etc.**

**D – valor de aquisição ou de mercado do material. (que servirá de base para o cálculo do seguro do material)**

**E – peso em Kg.**

**F – volume em m<sup>3</sup>.**

**Continuação do Anexo F - Modelo de Termo de Plano de Trabalho****VIII - DECLARAÇÃO**

Na qualidade de representante legal do [Órgão Executante] do COMAER, declaro, para fins de prova junto ao MINISTÉRIO \_\_\_\_\_, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignados da União, na forma deste *Plano de Trabalho*.

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_  
*Ten Brig Ar* \_\_\_\_\_

Comandante do [Órgão Executante]

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**IX - APROVADO PELO MINISTÉRIO \_\_\_\_\_**

APROVADO

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
*Dr.* \_\_\_\_\_  
*[cargo da contraparte que assina]*